

ATÉ ONDE VÃO OS MOVIMENTOS SOCIAIS: NOTAS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Gustavo Moura de Oliveira¹

Palavras-chave: Estado; Sociedade Civil; Democracia; Movimentos Sociais; Economia Solidária.

INTRODUÇÃO

Após cerca de um século silenciados por ditaduras militares e regimes autoritários, é a partir da década de 1970 que os movimentos sociais ressurgem com força importante. No Brasil, foi justamente o regime militar, instituído através do Golpe de 1964, que fez com que a sociedade civil se organizasse na busca pela democracia e garantia de direitos. Os anos 1970 foram de muita luta, mas é nos anos 1980 que o Brasil se viu realmente imergido em protestos que culminaram com a derrota do regime militar e com a promoção do Estado Democrático de Direito no país.

Este esforço tem como objetivo investigar como se dão as articulações entre sociedade civil, na figura do Movimento de Economia Solidária (MES), e o Estado. Busca-se revisitar os conceitos teóricos relacionados a temática proposta a fim de compreender quais são os limites e as possibilidades identificadas na trajetória de um movimento social que luta por uma demanda singular junto ao Estado no Brasil. Sabe-se que o Estado, a partir do mecanismo das políticas públicas, é capaz de intervir, articular e promover as demandas dos movimentos sociais, por isso o interesse por este esforço.

MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS TRANSFORMAÇÕES

A história é feita pelas ações e lutas dos povos, garantiram Marx e Engels² já no século XIX. “A historia nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas”, ou seja, é preciso que se considere o papel e a influência de uma determinada geração, ou mesmo de uma determinada luta, para que seja possível compreender

¹ O autor é mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISNOS. comanchi@hotmail.com.

² Ver BENSÁID, Daniel. **Marx, manual de instruções**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 65.

tanto o interior dessa geração ou luta, como sua representação em um determinado país ou no mundo. Com os movimentos sociais não é (foi) diferente. O que se tem nos dias atuais por movimento social pode ou não estar alinhado com o que se tinha nos séculos XIX e XX.

É fato que “as transformações ocorridas desde o final do século XX, tanto na configuração econômica e sociopolítica mundial como nas próprias formas da ação coletiva, materializaram novas dinâmicas e geraram perspectivas analíticas diferenciadas”³ e isso precisa ser considerado tanto pelos pesquisadores dos movimentos sociais, como pelos próprios movimentos, a fim de fundamentarem-se acerca da conjuntura de lutas da sua época.

Uma constatação importante e necessária e que merece atenção e esforço à sua compreensão é que os movimentos sociais do século XXI, já não almejam uma revolução social, uma transformação profunda. Qualquer que seja dos três tipos de movimento social apresentados por Silva e Oliveira⁴, operam com a lógica da reforma do Estado, mesmo que em um dos seus extremos, no da Interpenetração, o próprio Estado, representado por um governo ou outro, tenha grande influência sobre o movimento social.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UM MOVIMENTO SOCIAL

À medida que um movimento social se caracteriza por um determinado grupo de pessoas que vai à luta por uma demanda específica, pela indignação frente a desigualdade e a injustiça, basta voltar-se para o conceito e a trajetória da Economia Solidária (ES) ao longo do tempo para inferir que se trata de um movimento social.

Diversos estudiosos evocam como marco fundador da ES a experiência vivida na cidade inglesa de Rochdale, em 1844 (Singer e Souza, 2000; Laville e Gaiger, 2009). Naquele ano, trabalhadores desempregados fundaram um empreendimento cooperativo com o objetivo de criar uma comunidade que oferecesse autossuficiência aos seus membros⁵.

Era o primeiro grande auge do capitalismo, a exploração e a dominação da classe trabalhadora por parte dos capitalistas aumentava, era necessário encontrar uma alternativa que gerasse trabalho e vida dignos aos sujeitos pertencentes a base da pirâmide econômica. Uma parcela considerável de trabalhadores, então, de

³ ICAZA, Ana Mercedes Sarria. **Movimentos Sociais**. In: CATTANI, A. D. (org.). Dicionário Internacional da Outra Economia. São Paulo: Almedina, 2009, p. 260-263, p. 262.

⁴ SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. **A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento** – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 86-124.

⁵ SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima, 2011, p. 100.

forma orgânica, vai em busca de uma forma de trabalho que não explore e onde todos sejam iguais. Para alguns pesquisadores, surgia ali a primeira experiência de Economia Solidária, através de um movimento social.

Corroborando com Silva e Oliveira⁶, Laville e Gaiger⁷ destacam:

A economia solidária evoca a longa história associativa dos trabalhadores, iniciada no começo do século XIX. Desde então, essa vertente tem cumprido um papel de alargamento da experiência humana, ao manter vigentes outros princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza, distintos da racionalidade estrita do capital.

É preciso ter cautela, porém, ao definir a ES como um movimento social, porque, durante uma grande parcela do século XX, até o final da década de 1970, os mesmos movimentos calcados no cooperativismo, que originaram as práticas hoje consideradas práticas da ES, acabaram se tornando funcionais ao capitalismo e, além disso, ou quem sabe justamente por isso, perderam suas características questionadoras e de busca pela transformação social.

Esses fatos justificam o longo intervalo ocorrido entre os antecedentes históricos da economia solidária e sua revivescência ao final do séc. XX. Nos anos 1980, teve início a retomada da maioria das concessões feitas ao proletariado nas décadas anteriores. O mercado financeiro tornou-se hegemônico e passou a impor sucessivos arrochos fiscais e monetários, contendo severamente o ritmo de crescimento das economias centrais. O livre comércio e a movimentação irrestrita de capitais passaram a permitir, às empresas, transferir gradualmente suas linhas de produção para países com baixos salários e trabalhadores desprotegidos⁸.

É neste contexto exposto pelos autores que os movimentos que lutam por uma forma de produção e de vida mais dignos ressurgem, considerando, novamente, que as práticas e experiências percebidas na ES são capazes de, mesmo que de forma lenta e gradual, transformar a vida das pessoas que ali estão.

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MES NO BRASIL

Acessar o Estado e operacionalizar políticas públicas são ações importantes e que os movimentos sociais lutam diariamente para efetivar. Um movimento social não é capaz, em um Estado Democrático de Direito, de alcançar grandes transformações sociais sem contar com os mecanismos do Estado. É o Estado quem legisla e executa, sendo assim, somente a partir da incorporação das

⁶ SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima, 2011.

⁷ LAVILLE, J.-L.; GAIGER, Luiz Inácio. **Economia Solidária**. In: CATTANI, A. D. (org.). Dicionário Internacional da Outra Economia. São Paulo: Almedina, 2009, p. 162-168, p. 163.

⁸ LAVILLE, J.-L.; GAIGER, Luiz Inácio, 2009, p. 165.

demandas dos movimentos sociais pelos atores políticos protagonistas é que o movimento social será efetivo na sua luta.

No Brasil, nas eleições de 2002, ainda em plena crise, Lula colocou em seu programa a Economia Solidária como forma de enfrentar a crise que ainda não fora superada. Eleito, o Presidente Lula, tão logo fora empossado, criou, mediante projeto de lei, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES, e o Conselho Nacional de Economia Solidária, ambos no Ministério do Trabalho e Emprego⁹.

A disposição e a coragem do ex-presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) como um todo, de incluir no seu programa a demanda do MES e, mais do que isso, de criar a SENAES e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), foi um marco histórico para o MES e para todos os trabalhadores dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). O governo Lula ainda iria além, “a SENAES criou, no Ministério do Trabalho e Emprego, o Sistema de Informação da Economia Solidária, SIES, que de 2005 até 2007 organizou o primeiro Mapeamento de Economia Solidária no Brasil”¹⁰.

Em um esforço para compreender o trânsito dos atores entre o MES e o Estado, Silva e Oliveira¹¹ diagnosticam que no caso da ES, o que se viu no processo de institucionalização do movimento social, foi, além da luta do movimento, um grande envolvimento dos próprios atores políticos:

[...] essa abertura à ES observada em diferentes governos petistas em distintos níveis (municipal, estadual e federal) se deve menos à existência de uma mobilização social conflitiva de atores excluídos da política institucional, conforme a visão tradicional sobre a relação entre movimentos sociais e Estado, e mais à presença de um expressivo acesso das organizações do Movimento de Economia Solidária aos espaços institucionais nos quais foram/são construídas as políticas e ações governamentais direcionadas à ES.

Não é novidade que o Brasil encontra-se em um momento de crise econômica e política e, para a ES brasileira, isso pode representar retrocessos gigantescos. A própria SENAES vive dias de incertezas em relação a sua continuidade. Boaventura de Souza Santos enviou uma carta aberta¹² ao Governo Federal Brasileiro, expondo sua preocupação e atenção em relação a continuidade desta secretaria:

Sendo assim, me junto ao apelo dos movimentos sociais e venho, por meio desta carta, requerer a manutenção e a ampliação desta política pública executada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, em parceria

⁹ GAIGER, Luiz Inácio. **Empreendimentos Econômicos Solidários**. In: CATTANI, A. D. (org.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina, 2009, p. 181-187, p. 12.

¹⁰ GAIGER, Luiz Inácio (coord.). **A Economia Solidária no Brasil**: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 12.

¹¹ SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima, 2011, p. 109.

¹² Carta aberta em versão completa disponível em:

http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1948&Itemid=18.

com o movimento popular de economia solidária e liderada por Paul Singer – nome que tem a confiança dos movimentos sociais.

O que se pode constatar com esse movimento de mantém/extingue a SENAES, é que fica claro que uma política pública para de fato ser longitudinal e eficaz, precisa ser uma política de Estado e não de governo, haja vista que, o mesmo PT que instituiu a SENAES poderá extingui-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que a ES, ao revisitar suas experiências ao longo do tempo, se materializa como um movimento social que resiste, com alguns altos e baixos, a quase dois séculos de lutas, e que, aqui no Brasil, teve a capacidade e legitimidade de acessar o Estado, onde consegue ter representação e voz ativa na busca pelo atendimento de suas demandas como forma de consolidação e desenvolvimento do movimento.

Se faz necessário, contudo, destacar a diferença entre políticas de Estado e políticas de governo. As políticas de Estado não se alteram com a troca de governos, enquanto as políticas de governo vem e vão conforme o projeto político da vez. Isso, além de gerar uma série de dúvidas à quem não é especialista no assunto, é fortemente negativo no sentido da geração de resultados sólidos e longínquos, seja em qual área for. Na educação, na saúde, no transporte público, entre outras, é muito difícil de colher bons frutos de uma política que dura apenas um mandato de quatro anos, por melhor que seja a política. O risco de extinção da SENAES é uma prova do impacto negativo que isso pode causar.

Por fim, destaca-se que mesmo quando um movimento social consegue se tornar institucional, apresentando dentre suas características na relação com o Estado a interpenetração, os desafios são muitos¹³. Uma vez institucionalizado, os atores envolvidos, sejam os que se encontram no movimento social em si, seja os que atuam por parte do Estado, precisam pensar políticas que deem conta de atender as demandas do movimento social em questão, aqui, o MES.

¹³ SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima, 2011.